

COM E SEM DENDÊ: TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO FAMILIAR AGRÍCOLA NO NORDESTE PARAENSE

Jamilly Brito Guimarães - jamilly.guimaraes19@gmail.com
Dalva Maria da Mota – dalva.mota@embrapa.br

* Submissão em: 24/11/2021 | Aceito em: 25/11/2021

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar as transformações na organização do trabalho familiar durante sua integração às agroindústrias de dendê e após a ruptura contratual. A pesquisa, predominantemente qualitativa, foi realizada por meio de estudos de caso. Foram feitas observações e quinze entrevistas com roteiros semiestruturados. Concluímos que a organização do trabalho sob a influência da dendeicultura influenciou diretamente no tempo e na alocação dos recursos financeiros da família. Após a ruptura contratual, constatamos um maior controle dos grupos domésticos sobre o trabalho e os recursos financeiros, muito embora coexistam vulnerabilidade e estabilidade.

Palavras-chave: Dendeicultura, Reprodução social, Agricultores integrados.

WITH AND WITHOUT OIL PALM: TRANSFORMATION IN THE ORGANIZATION OF AGRICULTURAL FAMILY FARM WORK IN THE NOTHEASTERN PARÁ

ABSTRACT

The article aims to analyze transformations in the organization of family labour during integration into oil palm agroindustry and after the contractual rupture. The research was predominantly qualitative via case studies. Observations were made and 15 interviews with semi-structured scripts. Therefore, we concluded that the organization of the research beneath the influence of oil palm cultivation directly implicated the time and allocation of financial resources of the families. After the contractual rupture, we verified greater control of the domestic groups over their work and financial resources, although vulnerability and stability coexist.

Keywords: Oil palm cultivation, Reproduction, Integrated Farms.

1 INTRODUÇÃO

No estado do Pará, o cultivo do dendezeiro (*Elaeis guineensis* Jacq.) ocorreu de forma descontinuada desde meados do século XX. No entanto, a partir da primeira década do novo milênio, esse cenário passou por alterações significativas. O *boom* das *commodities*, ocasionado pela reestruturação política e econômica global, desempenhou um papel central na “nova” agenda política do Estado brasileiro com a formulação de políticas de incentivo à diversificação da base energética. Cabe destacar o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma (PPSOP), que, a partir da coalizão entre Estado e empresariado privado, avançaram por 31 municípios do Nordeste Paraense (NEP) (BRANDÃO; SCHONEVELD, 2015).

Cerca de uma década após as primeiras iniciativas governamentais para a expansão da dendeicultura, prevendo inclusão social e desenvolvimento sustentável de agricultores familiares, a dendeicultura ocupa posição de destaque na economia do Pará, sendo o segundo cultivo permanente em área, e o estado é o maior produtor de óleo de palma do Brasil (FAPESPA, 2017). A produção destina-se ao processamento, considerado mais rentável¹, e apenas recentemente uma agroindústria adquiriu o Selo Combustível Social² (SCS), mas a produção para o biodiesel continua aquém do investimento realizado pelas ações estatais (GOMES; SCHMITZ; MOTA, 2021; RODRIGUES, 2020).

A integração de agricultores familiares à dendeicultura por meio de contrato na região amazônica ainda é um arranjo econômico e produtivo relativamente recente. No entanto, estudos constataram que os grupos domésticos (GDs) atrelados a tal modelo passam por uma expressiva reorganização do trabalho, com destaque para a intensificação do trabalho, o aumento na contratação de mão de obra e, em alguns casos, a indisponibilidade de membros dos GDs devido ao assalariamento nas agroindústrias de dendê. Acrescenta-se a essas constatações um processo de diferenciação entre produtores integrados, com limitantes

¹ Por ser considerada uma *flex crop*, a cultura do dendê pode ser aproveitada em diferentes setores: alimentícios, farmacêuticos, cosméticos e ração animal (ALONSO-FRADEJAS *et al.*, 2016).

² “O SCS é um componente de identificação concedido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a cada unidade industrial do produtor de biodiesel que cumpre os critérios estabelecidos. Confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos Agricultores Familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)” (SOLICITAR..., 2021).

consideráveis à reprodução social (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019; MOTA *et al.*, 2019; SAMPAIO, 2014; VIEIRA, 2015).

Estudos internacionais sobre os impactos da agricultura por contrato entre agricultores familiares formam um campo de intensos debates: para uns, trata-se de uma iniciativa para a diversificação produtiva e de renda; para outros, um fator de intensificação da vulnerabilidade dos produtores mais pobres (ADAMS *et al.*, 2018; OYA, 2012). Estudos também apontam que a produção contribui para a melhora do padrão de vida entre os agricultores participantes. No entanto, têm mais chance os agricultores que dispõem de mais terras para a expansão do cultivo e que possuem fontes alternativas de renda, com destaque para as não agrícolas (EULER *et al.*, 2017; MINOT; RONCHI, 2014).

Em diferentes contextos, as discussões sobre a mobilização do trabalho familiar agrícola sob a influência de uma *commodity* provocam questionamentos acerca das consequências para a reprodução social dos agricultores produtores de dendê. Por mais que as análises sobre os impactos nos meios de vida de agricultores apontem resultados altamente variáveis, tanto no âmbito local como no internacional, poucos trabalhos debruçam-se sobre os processos e relações de trabalho desses GDs, como apontado por Mota, Ribeiro e Schmitz (2019). Mais raras ainda são as reflexões sobre a reorganização do trabalho nos GDs que abandonaram a produção de dendê.

Considerando tal problemática, o objetivo do artigo é analisar as transformações na organização do trabalho em grupos domésticos (GDs) tanto na vigência do vínculo com as agroindústrias de dendê por meio de contratos de produção quanto após a ruptura contratual. Partimos do pressuposto de que a incorporação do trabalho familiar à dendeicultura influi diretamente nas estratégias de reprodução social dos agricultores.

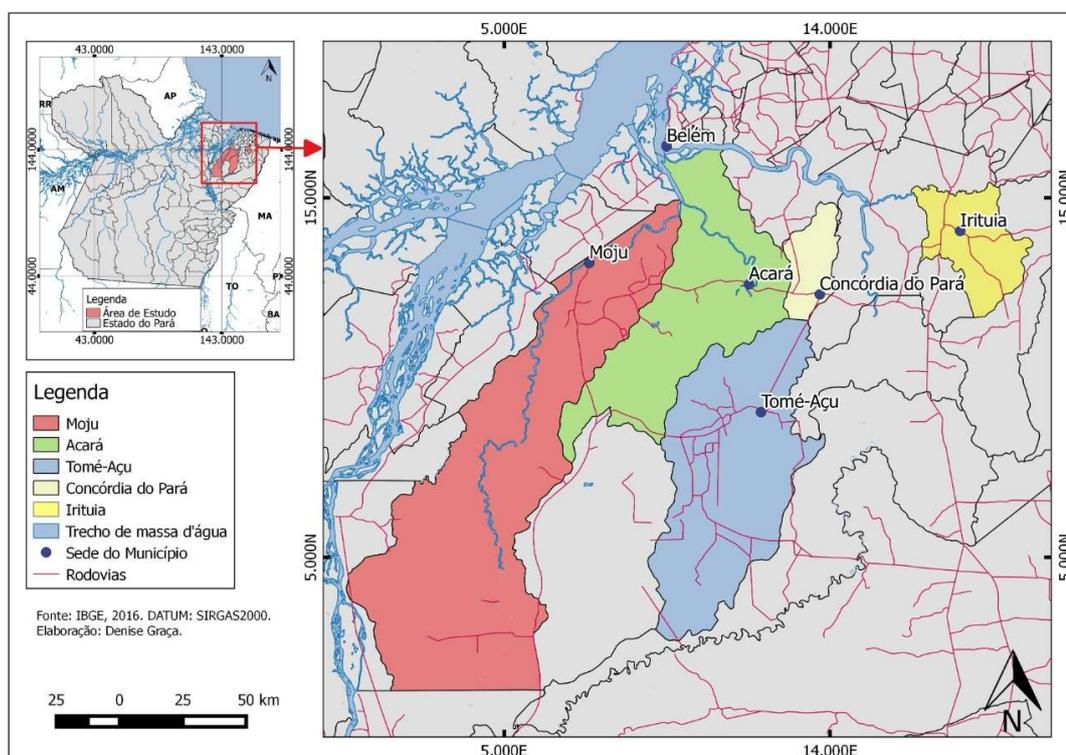
A PESQUISA

A pesquisa deu-se por meio de estudos de caso, que visam compreender um fenômeno a partir da intensa exploração e do aprofundamento de um único caso (BECKER, 1994). Nesta pesquisa, foram examinados 15 GDs. Os principais procedimentos foram a observação direta do cotidiano das famílias e entrevistas baseadas em roteiros semiestruturados com um dos membros do GD.

Os dados foram sistematizados em plataforma eletrônica, e a interpretação foi realizada de forma horizontal e vertical (MICHELAT, 1987), em constante diálogo com a literatura e com o suporte de dados secundários.

Os casos estudados situam-se em cinco municípios do NEP em que residem os agricultores que desistiram da produção de dendê: Acará, Concórdia do Pará, Irituia, Moju e Tomé-Açu (Mapa 1). Os campos ocorreram durante os anos de 2019 e 2020/2021³.

Figura 1 – Municípios onde residem os entrevistados no NEP.



Fonte: IBGE, 2016. Elaboração: Denise Graça.

INTEGRAÇÃO PRODUTIVA, DENDÊ E REPRODUÇÃO SOCIAL

Apesar de ser um fenômeno envolto em intensos debates, a agricultura por contrato ou integração produtiva desde o início dos anos 2000 tem-se destacado por ter-se tornado um instrumento político em diversos países do Sul global. Para tal fim, é essencial o incentivo de entidades, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que compreendem

³ Os campos foram realizados em períodos descontínuos devido à disseminação do vírus SARS-Cov-2, tendo sido necessário readequar os instrumentos de coleta de dados para garantir a segurança dos atores envolvidos.

que tais arranjos produtivos visam modernizar e inserir no circuito comercial agricultores familiares sem grandes implicações nas instituições locais e, assim, garantir o desenvolvimento econômico e social em localidades vulneráveis (ADAMS *et al.*, 2018; OYA, 2012).

Nessa perspectiva, a expansão da dendeicultura em inúmeros países ditos “em desenvolvimento” – que tem como um dos seus desdobramentos a integração de agricultores familiares nas agroindústrias por meio de contratos – reafirmou a polarização entre suas reais vantagens ou desvantagens. Um ponto relevante, embora tratado de modo transversal, é o papel das estratégias de reprodução social dos agricultores, que podem influenciar desde a decisão de participar ou não de tais arranjos até o “sucesso” do seu desempenho (EULER *et al.*, 2017; MINOT; RONCHI, 2014).

Em um estudo sobre produtores de dendê integrados na Indonésia, Cahyadi e Waibel (2015) apontam que a eficácia da integração produtiva é maior quando os agricultores participantes possuem diversificação de recursos e apoio mínimo, pois a queda do preço pode resultar em graves choques na manutenção dos GDs.

No Pará, a produção de dendê por agricultores familiares também apresentou um quadro de fragilidade no suporte à reprodução social porque a inserção do dendezeiro nos sistemas produtivos repercutiu na segurança alimentar (diminuição de cultivos alimentares), na disponibilidade de mão de obra (em âmbito familiar e comunitário), na feminização do trabalho na agricultura (devido à migração de membros masculinos do GD) e na especialização da produção (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019; SAMPAIO, 2014; SILVA, 2016; VIEIRA, 2015).

Nossas análises neste artigo concentram-se nas transformações da organização do trabalho familiar em duas escalas de tempo: i) o trabalho familiar sob a condição de integração à dendeicultura e ii) o trabalho familiar após a ruptura contratual com as agroindústrias. Para tanto, compreendemos como componentes da organização do trabalho a divisão do trabalho, o portfólio de atividades (agrícolas e não agrícolas), a mão de obra e o mercado de trabalho (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019).

O conceito de reprodução social privilegiado no trabalho é de Almeida (1986), que examina como a unidade doméstica combina o uso dos recursos naturais, o saber acumulado e o trabalho para atender as necessidades de consumo da família a curto prazo. Ademais, o foco da investigação é o GD (FORTES, 2011); logo, são considerados os membros que residem e desenvolvem atividades juntos, não necessariamente ligados por laços de parentesco.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO SOB A CONDIÇÃO DE INTEGRAÇÃO À DENDEICULTURA

A integração à agroindústria de dendê consistiu na celebração de um contrato entre as empresas e um membro do GD, apto legalmente, em geral homem (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019). Por meio desse contrato, uma determinada área do estabelecimento é direcionada para o cultivo do dendezeiro, em média 10 hectares⁴. Os cuidados técnicos, desde a fase de implantação até a colheita, são determinados pelas agroindústrias e fiscalizados pela assistência técnica responsável.

Entre 2010 e 2014, no momento da integração, os agricultores tinham contratos com três agroindústrias de dendê: Archer Daniels Midland (ADM), Biopalma da Amazônia S/A Reflorestamento e Comércio e Belém Bioenergia Brasil S/A (BBB)⁵. Dos 15 entrevistados, 11 são homens (73%) e 4 são mulheres (27%), com idades entre 27 e 70 anos. Os GDs analisados possuíam um total de 52 pessoas e uma média geral de quatro membros por grupo.

Para grande parte dos entrevistados, a razão mais evidente para firmar o contrato era a expectativa de renda futura, mas a decisão também foi influenciada pelos benefícios advindos da relação contratual com as agroindústrias, como a venda garantida, o acesso ao crédito e à assistência técnica e extensão rural (Ater), a diversificação de renda e a possibilidade de investimento nas demais culturas e necessidades familiares (CAETANO; MOTA; FERREIRA, 2018; MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019).

Segundo a maioria dos entrevistados, a implantação do dendê foi um processo marcado por entraves. Em oito casos (53%), o preparo da área e o plantio foram percebidos como as fases de maiores dificuldades, e tais percalços provocaram entre os agricultores e/ou membros do GD um crescente desinteresse, que dificultou a adaptação e mesmo o trabalho a ser realizado

⁴ Normalmente as áreas dos plantios de dendezeiros familiares são de 10 hectares, determinação que leva em consideração cálculos de produção de cachos por hectare. No entanto, três agricultores que mantinham contratos com a empresa ADM tiveram variações nas áreas: 5 hectares, 9 hectares e 10 hectares.

⁵ As empresas ADM e Biopalma tiveram seus ativos vendidos em 2020. Atualmente a empresa Marborges, compradora dos ativos da ADM, atua em toda a cadeia produtiva do dendê (NASCIMENTO; MOTA, 2020), e a Brasil Bio Fuels, compradora dos ativos da Biopalma, assumiu suas operações no NEP (RODRIGUES, 2020).

no cultivo. Os demais seis (40%)⁶ não viram problemas nas fases de implantação porque essas etapas foram empreitadas pela própria empresa ou pelos agricultores, com recursos do financiamento.

O advento do dendê implicou mudanças expressivas no cotidiano dos GDs, afetando desde o itinerário técnico dos demais cultivos até as atividades não agrícolas. Uma das consequências mais citadas foi a intensificação do trabalho e a especialização da mão de obra (PAULILO, 1990). No quesito intensificação do trabalho, constatamos que a contratação de mão de obra temporária para o dendê ocorreu em todos os estabelecimentos, com variações apenas nas frequências de uso por etapa do itinerário técnico do plantio. As etapas de preparo de área e de plantio foram realizadas totalmente ou parcialmente por mão de obra contratada.

Ainda que se tenha elevado a frequência de trabalhadores temporários, identificamos uma diversidade de arranjos de trabalho praticados pelos agricultores especificamente para o dendê (MOTA; RIBEIRO; SCHMITZ, 2019). Constatamos 10 tipos de arranjos de trabalho; em 100% das situações, um membro do GD está presente, reforçando o controle familiar sobre o trabalho e a mobilização da mão de obra interna.

No geral, existem quatro grandes grupos para a realização do trabalho: membros do GD e parentes (40%), membros do GD e ajuda mútua (13%), membros do GD e diaristas (33%) e membros do GD, ajuda mútua e diaristas (13%).

Os impactos da inserção do dendê nos estabelecimentos são sentidos diferentemente em duas perspectivas: i) nove agricultores (60%) afirmaram ter sentido modificações expressivas em sua rotina; ii) cinco agricultores (33%) afirmaram não ter sentido modificações. Somente um agricultor não avaliou.

Na primeira situação, destacaram-se nas narrativas dois fatores principais: o tempo e a realocação de recursos financeiros para o dendê. O tempo foi avaliado tanto no sentido de intensificação das horas trabalhadas, principalmente nos tratos com o dendezeiro, quanto no sentido de decréscimo de dedicação às demais atividades, o que, em alguns casos, resultou na diminuição das áreas de cultivos, como a roça⁷, ou a paralisação de atividades. Silva (2016)

⁶ O total dos entrevistados não fecha em 100% devido às adaptações de campo durante a pandemia, que não permitiram o retorno a alguns estabelecimentos familiares para o aprofundamento das entrevistas.

⁷ “Roça é uma área preparada para o cultivo de culturas anuais por meio da derrubada da vegetação original (em geral, floresta primária ou secundária), queimada do material orgânico e plantio no solo. A palavra é derivada de ‘roçar’ e descreve uma prática tradicional dos agricultores no mundo inteiro que, no momento, chega a seus limites, quando não há mais área suficiente para praticar o pouso. Roça é frequentemente usada também para determinar

também constatou essa situação entre os agricultores integrados em municípios do NEP. A realocação do dinheiro de outras atividades para a manutenção do plantio foi relevante para a diminuição do orçamento familiar, já que, mesmo com as parcelas do financiamento, não era possível realizar o itinerário técnico orientado continuamente, o que sujeitou os agricultores a um constante contrapeso das necessidades do GD e do plantio. Em ambas as situações, tais alterações provocaram instabilidades internas nos GDs, e as fragilidades nas atividades produtivas ou no orçamento resultaram em uma menor resiliência ante mudanças abruptas e/ou em momentos de crise (ALMEIDA, 1986; WOORTMANN, 1988).

Na segunda perspectiva, a inexistência de modificações na rotina dos estabelecimentos após o dendê estava relacionada a fatores como não envolvimento na manutenção do dendê, capacidade de gestão dos plantios e disponibilidade de mão de obra. No que concerne ao não envolvimento na manutenção dos dendezeiros, dois titulares (com o nome no contrato) não eram os responsáveis diretos pelos tratos culturais, apenas “cederam” o nome para a efetivação do contrato, mantendo pouco ou nenhum vínculo com a gestão dos plantios. A disponibilidade de mão de obra ou mesmo a capacidade de mobilização dos membros dos GDs para as atividades, seja para o dendê, seja para os demais cultivos do estabelecimento, foi uma das razões para a percepção de não impacto na organização do trabalho, já que os agricultores podiam definir um cronograma de práticas para as atividades. Quanto à capacidade de gestão do trabalho, encontrar o equilíbrio entre alternar períodos específicos de contratação de mão de obra com o trabalho individual foi apontado como fundamental para a organização interna do GD, sem grandes alterações na rotina.

Enquanto estiveram integrados à dendeicultura, todos os entrevistados mantiveram atividades produtivas (agrícolas ou não agrícolas) além do dendê, o que demonstra uma não especialização na atividade. Mais especificamente, 10 agricultores (67%) desenvolviam outras atividades agrícolas no estabelecimento. Quatro agricultores (27%) realizavam atividades produtivas tanto dentro quanto fora dos estabelecimentos, e somente um agricultor (7%) realizava apenas atividades não agrícolas durante o período de integração.

Mesmo com todas as suas pretensas vantagens (apoio financeiro e produtivo), a inserção do dendê revela que a diversificação produtiva como base para garantir a estabilidade mínima

uma pequena lavoura de cultura alimentar independentemente da sua preparação no âmbito da agricultura familiar, especialmente na Amazônia” (MOTA, 2014, p. 298).

aos GDs permaneceu (ALMEIDA, 1986). No entanto, em três estabelecimentos, observou-se a diminuição das áreas de roças e, em um GD, a total paralisação das atividades não agrícolas.

A organização do trabalho familiar nesses estabelecimentos passou por modificações expressivas devido à inserção do dendê no sistema produtivo, as quais foram sentidas e percebidas de formas variadas nos GDs. As principais modificações estão relacionadas à intensificação da contratação de mão de obra, e tal prática influenciou uma diversidade de arranjos de trabalho como forma de adaptar-se às limitações internas dos GDs. Porém, na maioria dos casos, a nova atividade produtiva desencadeou um cenário de vulnerabilidade na reprodução social a curto prazo por comprometer o tempo e o orçamento familiar.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DEPOIS DO DENDÊ

Aproximadamente uma década após a implantação das políticas públicas de incentivo à dendeicultura no NEP, novas configurações e percepções são observadas na atividade. Como pontuado por Brandão, Castro e Futemma (2019), passamos de um momento de críticas e de entusiasmo para um cenário de desencanto e de reajustes.

A partir desse novo quadro organizativo, a ruptura contratual com as agroindústrias é parte importante dessa nova configuração, ainda que pouco estudada. No entanto, na presente pesquisa, ao analisar a organização do trabalho após a desvinculação da produção de dendê, constatamos que as razões que motivaram essa ruptura são múltiplas, mas emergem do âmbito das estratégias de reprodução social (ALMEIDA, 1986).

A diversificação produtiva entre os agricultores foi mantida na maioria dos casos mesmo após as rupturas contratuais: nove (60%) agricultores desenvolvem apenas atividades agrícolas, quatro (27%) realizam atividades agrícolas e não agrícolas e dois (13%), apenas atividades não agrícolas. Contudo, percebemos o aumento de agricultores que realizam atividades agrícolas e não agrícolas, mas também daqueles que se dedicam apenas a atividades não agrícolas, e essas situações ocorreram em dois estabelecimentos.

Na primeira situação, houve modificação do papel da mãe de família, que, além de manter o trabalho doméstico no GD, passou a trabalhar fora, como diarista para outros domicílios. O segundo caso deve-se ao estado de saúde do pai de família, que já não realiza atividades agrícolas, restringindo o GD às atividades não agrícolas. Tais situações traduzem

aquilo que enfatizou Almeida (1986, p.74): não há “*uma* lógica econômica familiar”, há antes a culminância de diferentes estratégias associadas para assegurar a reprodução social do GD, ora expandindo, ora retraindo as atividades.

Identificamos nos estabelecimentos seis tipos de combinações das atividades produtivas realizadas: agricultura (47%); agricultura + diárias agrícolas (13%); agricultura + comércio (13%); agricultura + comércio + diárias agrícolas (7%); trabalho assalariado + diárias (7%); trabalho assalariado (13%).

A agricultura foi a atividade econômica mais frequente nos estabelecimentos, estando presente em 13. Em três casos, porém, a comercialização dos produtos (roça de mandioca principalmente e açaí) só é realizada quando há algum revés econômico ou quando não é possível o consumo imediato ou mesmo a estocagem por longo período, sendo, assim, destinada fundamentalmente para o uso da família. Nos demais estabelecimentos (10 no total), realiza-se a alternatividade da produção (autoconsumo e venda).

Os pequenos comércios apareceram em quatro dos estabelecimentos. Em dois deles, representam a principal fonte de renda dos GDs, nos demais são considerados complementares. Essa atividade foi mantida pelos entrevistados durante o período de integração, bem como depois dela. Os comércios, seja na zona rural, seja mesmo no centro comercial do município, ressaltam a importância da combinação de atividades econômicas, agrícolas ou não como estratégia de reprodução social de curto prazo dos GDs, em um cenário de crescente urbanização.

As diárias (agrícolas ou não) como atividade econômica aparecem em quatro estabelecimentos. Em dois deles, assumem papel de extrema importância, pois ambos os entrevistados afirmam que só trabalham como diaristas em situação de vulnerabilidade, em que a intensificação do trabalho é necessária. No primeiro caso, o fato de recomeçar em uma nova terra e com pouco capital submeteu o agricultor à venda de sua força de trabalho para manter as necessidades básicas do GD, e esse desequilíbrio no orçamento familiar é percebido pelo agricultor como uma inabilidade para prover a família do necessário. Na segunda condição, é a partir das diárias que o agricultor busca reafirmar sua independência; por mais que ajude nas atividades agrícolas desenvolvidas em conjunto com o pai, a renda advinda dessa atividade é indivisa (CHAYANOV, 2014) e, portanto, um ganho que beneficia o GD como um todo.

O trabalho assalariado agrícola ou não agrícola aparece em três estabelecimentos. Diferentemente das diárias, o trabalho assalariado aqui assume uma conotação de estabilidade, pois o vínculo empregatício materializado “na carteira assinada” assegura direitos trabalhistas. No primeiro caso, dos cinco membros do GD, quatro desenvolvem trabalhos assalariados não agrícolas; devido ao estado de saúde do pai de família, as atividades com a agricultura foram paralisadas, porém o vínculo com a terra é mantido por meio do arrendamento dos projetos de dendê. No segundo caso, o trabalho assalariado tornou-se a principal fonte de renda da família após a ruptura contratual; o emprego exigia a mudança do agricultor para a realização do trabalho: inicialmente ele foi sozinho; ao se estabilizar na função, decidiu pela mudança com a família para o local de trabalho. Na terceira situação, o assalariamento do pai de família na agroindústria de dendê é a fonte de renda mais relevante do GD após a ruptura com a empresa integradora e o arrendamento da terra com o dendê; o entrevistado saiu da propriedade do pai e adquiriu com a esposa uma casa na cidade a fim de tentar novas oportunidades de empregos e oferecer uma formação educacional de qualidade aos filhos.

Vale ressaltar que, após o rompimento com as agroindústrias, novas fontes de renda foram constatadas em 47% dos estabelecimentos, com destaque para: aposentadorias rurais (13%); arrendamentos das terras com dendê (20%); aposentadoria + arrendamento (7%); Bolsa Família (7%). A entrada dessas rendas significou uma mudança expressiva na reprodução social dos GDs, pois garantiriam maior resiliência em momentos de crise, além de possibilidades de investimento no estabelecimento. Fontes de renda como aposentadoria rural e Bolsa Família ressaltam que o ciclo de desenvolvimento do GD não se restringe a uma constante cultural ou técnica; trata-se também de uma variável que se relaciona com a qualidade de vida. De fato, tais transferências de renda estão diretamente relacionadas à faixa etária do grupo e visam diminuir a vulnerabilidade dessas famílias (ALMEIDA, 1986).

No atual momento, após a ruptura, também constatamos que a frequência na contratação de mão de obra diminuiu consideravelmente entre os entrevistados, restringindo-se aos períodos específicos do calendário agrícola, como para o cultivo da roça e a colheita da pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.), atividades agrícolas com maior destaque nos estabelecimentos.

Identificamos três arranjos de trabalho predominantes nos estabelecimentos: apenas membros do GD (50%); membros do GD + diaristas (42%); membros do GD + ajuda mútua (8%). Reafirma-se assim o controle familiar sobre o trabalho, já observado durante a integração.

Importa, porém, ressaltar uma diferença: o arranjo composto apenas por membros do GD, situação que não ocorreu antes da ruptura com a agroindústria, pois, devido à intensificação do trabalho no plantio de dendê, era necessário mobilizar outros tipos de relação de trabalho.

No período após o rompimento com as agroindústrias de dendê, ocorreram importantes mudanças na organização do trabalho. Como pontuado no início do tópico, a reprodução social a curto prazo assume papel importante nesses casos, pois arranjos de mão de obra nas atividades produtivas ou mesmo intensificação do trabalho estão intimamente relacionados com as estratégias a serem mobilizadas pelos membros do GD, principalmente em escala anual para atender suas necessidades básicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo analisamos a organização do trabalho nos estabelecimentos familiares em duas escalas temporais: i) sob a condição de integração às agroindústrias de dendê; ii) após as rupturas contratuais. Com os resultados, objetivamos demonstrar que as transformações na organização do trabalho familiar influem diretamente na capacidade de reprodução social dos GDs.

Concluimos que o advento do dendê nos estabelecimentos provocou transformações significativas na organização do trabalho, com o aumento expressivo da contratação de mão de obra para a realização das atividades de manutenção dos dendezeiros. No entanto, mesmo com a intensificação e o uso de outros arranjos de trabalho, o controle familiar sobre tal fator foi mantido.

Constatamos a redução de culturas alimentares e a paralisação de atividades não agrícolas em alguns casos. De modo geral, não houve especialização do trabalho na cultura do dendê. Porém, a inserção da cultura causou expressivo impacto no tempo e no orçamento familiar e suscitou situações de vulnerabilidade para alguns GDs e sua reprodução social em escala anual.

No período após a ruptura contratual, constatamos que a maioria dos entrevistados continuou com as atividades produtivas (agrícolas e/ou não agrícolas) dos seus repertórios. Contudo, identificamos transformações significativas, com a transição de atividades: apenas agrícolas para agrícolas e não agrícolas; agrícolas e não agrícolas para apenas não agrícolas – o primeiro caso remetendo a uma expansão do repertório e o seguinte, a uma retração.

O atual momento “sem o dendê” também é marcado por um maior controle sobre o tempo e o orçamento familiar na maioria dos casos analisados. No entanto, constatamos a intensificação do trabalho em situações em que a renda mais relevante do estabelecimento dos agricultores provinha das diárias agrícolas. A contratação de mão de obra diminuiu notadamente, com frequência e uso específicos; em contrapartida, ressaltamos o aumento de arranjos formados apenas por membros do GD, situação que denota maior controle sobre a disponibilidade da mão de obra familiar. Ademais, a constatação de acesso a novas fontes de renda, como Bolsa Família e aposentadorias rurais, evidencia a importância do ciclo de desenvolvimento dos GDs.

A reprodução social a curto prazo nos GDs está diretamente relacionada à intensificação de variações ao longo do ciclo anual, o que corrobora a reflexão de Almeida (1986, p. 73): “[...] unidades domésticas respondem com variações na intensidade, no ciclo e na divisão de trabalho, e recrutando/expulsando membros na qualidade de parentes ou empregados, bem como com variações no consumo”. Portanto, a organização do trabalho familiar repercute de forma significativa na capacidade de reprodução social dos GDs.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Timothy, *et al.* Who gains from contract farming? Dependencies, power relations, and institutional change. **The Journal of Peasant Studies**, [s.l.], v. 46, n. 7, p. 1435-1457, 2018.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-83, jun. 1986.
- ALONSO-FRADEJAS, Alberto, *et al.* Inquiring into the political economy of oil palm as a global flex crop. **The Journal of Peasant Studies**, [s.l.], v. 43, n. 1, p. 141-165, 2016.
- BECKER, Howard. S. Observação social e estudos de caso sociais. In: BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 117-135.
- BRANDÃO, Frederico; CASTRO, Fabio. de; FUTEMMA, Célia. Between structural change and local agency in the palm oil sector: interactions, heterogeneities and landscape transformations in the Brazilian Amazon. **Journal of Rural Studies**, [s.l.], v. 71, p. 156-168, Oct. 2019.
- BRANDÃO, Frederico; SCHONEVELD, George. **The state of oil palm development in the Brazilian Amazon: trends, value chain dynamics, and business models**. Bogor, Indonésia: CIFOR, 2015. 54 p. (Working Paper, 198).

BRANDÃO, Frederico; SCHONEVELD, George; PACHECO, Pablo. **Integração da agricultura familiar à cadeia da palma de óleo na Amazônia Brasileira: análise e recomendações**. Bogor, Indonésia: CIFOR, 2018. (Working Paper, 207).

CAETANO, Marcio Coutinho; MOTA, Dalva Maria da; FERREIRA, Maria do Socorro. Trabalho familiar na produção de dendê sob contrato na Amazônia brasileira: o caso de Santa Maria, Pará. **Século XXI, Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 417-443, jan./jun. 2018.

CAHYADI, E. R.; WAIBEL, H. Contract farming and vulnerability to poverty among oil palm smallholders in Indonesia. **The Journal of Development Studies**, [s.l.], v. 52, n. 5, p. 681-695, 2015.

CHAYANOV, Alexander V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas (1924). In: CARVALHO, H. M. de (org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.

EULER, Michael, *et al.* Oil palm adoption, household welfare, and nutrition among smallholder farmers in Indonesia. **World Development**, [s.l.], v. 93, n. C, p. 219-235, 2017.

FAPESPA. **Boletim Agropecuário do Pará**. Belém, 2017. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1383.pdf?id=1533567716>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

FORTES, Meyer. **O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico**. Brasília, DF: DAN: UnB, 2011. (Série Tradução, v. 1).

GOMES, Dérick Lima; SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Agricultores familiares, agroindústrias de dendê e a integração produtiva na Amazônia Paraense. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, MG, v. 22, n. 83, p. 301-320, out. 2021.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-108.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização de entrevista não diretiva em Sociologia. In: THIOLENT, M. J. M. (org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 191-212.

MINOT, Nicholas; RONCHI, Loraine. Contract farming: The World Bank Group. **Viewpoint**, nota n. 344, p. 1-8, 2014. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/pt/340251467998214789/Contract-farming>. Acesso em: 22 fev. 2020.

MOTA, Dalva Maria da. Família e grupos domésticos na Amazônia paraense. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 289-314, maio/ago. 2014.

MOTA, Dalva Maria da; MOURÃO JR., Moisés; SCHMITZ, Heribert. Oil palm cultivation in the Brazilian Amazon: state actions, interest groups, and conflict. In: BONANNO, A.;

CAVALCANTI, J. S. B. (org.). **State Capitalism under Neoliberalism: the case of agriculture and food in Brazil**. London: Lexington Books, 2019. p. 93-113.

MOTA, Dalva Maria da; RIBEIRO, Laiane; SCHMITZ, Heribert. A organização do trabalho familiar sob a influência da produção de dendê em Tomé-Açu, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 14, n. 2, p. 531-551, maio/ago. 2019.

MOTA, Dalva Maria da, *et al.* Oil palm contract farming improves quality of life for family farmers in the Brazilian Amazon? In: ROSALIEN, J.; PASIECZNIK, N. (org.). **Exploring inclusive palm oil production**. Wageningen: Tropenbos International, 2019. p. 78-84.

NASCIMENTO, Diocélia; MOTA, Dalva Maria da. Mulheres na dendeicultura paraense: possibilidade de autonomia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 721-743, out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n3-10>.

OYA, Carlos. Contract farming in Sub-Saharan Africa: a survey of approaches, debates and issues. **Journal of Agrarian Change**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 1-33, 2012.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.

RODRIGUES, Fábio. Após sinal verde do Cade, BBF completa aquisição da Biopalma. **Biodieselbr**, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/dende/apos-sinal-verde-do-cade-bbf-completa-aquisicao-da-biopalma-201120>. Acesso em: 6 abr. 2021.

SAMPAIO, Irã Carvalho. **A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar**. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SILVA, Edfranklin M. da. **Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SOLICITAR direito de uso do Selo Biobustível Social (SBS). **gov.br**, 27 set. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-selo-combustivel-social-scs>. Acesso em: 3 out. 2021.

VIEIRA, Ana Carolina. **A integração camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico**. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

WOORTMANN, Klass. “Com parente não se neguecia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1988.